



EDITORIAL

Drogas e Sociedade
Drugs and Society

Carlos Eduardo Martins Torcato

Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
 E-mail: carlos.torcato@gmail.com

Cassia Baldini Soares

Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva
 da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
 E-mail: cassiaso@usp.br

Clarissa Mendonça Corradi-Webster

Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia,
 Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
 E-mail: clarissac@usp.br

Henrique Soares Carneiro

Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
 E-mail: henricarneiro@uol.com.br

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Departamento de Saúde Materno-Infantil
 da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
 E-mail: radorno@usp.br

A “questão das drogas” no mundo contemporâneo, particularmente o tema da despenalização do uso, obteve neste último ano papel de destaque na agenda pública e na mídia, nacional e internacionalmente. Pode-se observar crescente mal estar proveniente de diferentes setores da sociedade com as políticas, especialmente as de criminalização de usuários de drogas, e ao mesmo tempo, crescente compreensão de que elas estão em desacordo com os preceitos básicos dos direitos humanos e da vida em sociedade. Por outro lado, verificam-se sinais claros de que os

formuladores de políticas no Brasil ainda creem nos pressupostos do proibicionismo e, dessa forma, não rompem o circuito que durante dezenas de anos vem promovendo a perversa “guerra às drogas”.

Percebe-se nesse debate público que a “questão das drogas” geralmente se circunscreve àquelas consideradas ilícitas, não raro com a preponderância de discursos alarmistas e até mesmo terroristas. Neste número, pretende-se contribuir para reposicionar o debate em torno da distinção entre drogas lícitas e ilícitas, no sentido de que elas sejam compreendidas a

partir das contradições e dos conflitos inerentes à “sociedade de mercado”. Para efeito de produção no mercado lícito, a aprovação de uma substância psicoativa é obtida quando ela é submetida a testes de eficiência e estabilização dos efeitos desejados. O controle laboratorial é sustentado ideologicamente pela crença de que a substância que passa por esses testes é dotada de qualidades intrínsecas, isoladas das interações com os sujeitos e destes com o mundo circundante. A suposta neutralidade desses testes esconde interesses financeiros da indústria farmacêutica, o que provoca escolhas políticas nem sempre comprometidas com a saúde da população.

Acredita-se neste espaço que a “questão das drogas” precisa ser compreendida como uma manifestação social ampla que assume historicamente contornos distintos nos diferentes grupos sociais, sejam eles recortados por classes sociais ou por outras categorias definidoras de suas características sociais e culturais, tais como gênero, etnia, geração, entre outras. Tomar as drogas como componente de um processo social complexo significa assumir um desafio interdisciplinar há muito colocado pela realidade, mas que só recentemente e ainda com muita timidez vem sendo aceito pela comunidade científica.

Hegemonicamente esse objeto vem sendo fragmentado pelo olhar das diversas áreas do conhecimento. O resultado da junção de conhecimentos fragmentados, como acontece com outros objetos complexos da realidade social, não recompõe o objeto na sua totalidade, mas o desfigura, ora com o olhar sobre a droga em si, ora com o olhar sobre o usuário, ora com o olhar sobre os oligopólios encarregados da produção de drogas lícitas, ora sobre o narcotráfico e assim por diante.

Pode-se aquilatar essa distorção tomando o exemplo da área da saúde, que historicamente, focaliza os problemas comportamentais e mentais causados pelo consumo de drogas – especialmente a dependência – e as propriedades farmacológicas da droga propriamente dita, em detrimento do olhar histórico e socialmente contextualizado. A dependência de drogas – um dos possíveis prejuízos que podem advir do consumo de drogas – vem sendo tradicionalmente avaliada como doença pelos campos da Psicologia e da Psiquiatria, trazendo como consequência uma intervenção direcionada ao acompanhamento e/ou tratamento individual dos considerados problemáticos, o que significa colocar em evidência um grupo específico e bastante reduzido de consumidores.

Dessa forma, os problemas relacionados às drogas são tomados como desvios da norma social e não como manifestações sociais. Ficam de fora da equação,

os sofrimentos consequentes à falta de acesso a bens materiais e de cidadania, os mecanismos de elogio de certos valores sociais e aqueles de introjeção de culpa, que estão na base da construção da subjetividade atual. Fica de fora da equação ainda, a repressão advinda de políticas que negam a história dos sujeitos na sua relação com seus consumos, contextos e emoções no decorrer do curso de vida. O uso recorrente de drogas pode tanto responder à ocupação do tempo ocioso, decorrente da exclusão do mercado de trabalho, como constituir estratégia de resistência e desligamento de si, a partir do contexto de ser colocado às margens da sociedade, ou ainda como modo de construir prazer, emoções e possibilitar diferentes e novas formas de percepção da realidade, seus sentidos e seu próprio conhecimento.

Nesse sentido, registre-se que o que a Psiquiatria e a Psicopatologia vêm rotulando como “dependência” na realidade corresponde a um amplo elenco de comportamentos compulsivos que nem sempre se relacionam com as drogas, mas com uma série de consumos compulsivos como jogos, internet, alimentos, entre outros. A relação entre consumos, curso da vida, contextos e situações de vida apresenta natureza muito mais complexa do que a relação mono causal do modelo hegemônico de explicação do fenômeno, que desenha estratégias para que indivíduos interrompam sua relação compulsiva com as drogas, pela ingerência compulsória das instituições sobre suas vidas e escolhas.

Conflitos vividos por famílias e jovens, principalmente nas periferias, que têm sido atribuídos às drogas, refletem na verdade enormes problemas sociais, corroborados pela violência do sistema de repressão às drogas, que interrompe as vidas de milhares de jovens das classes populares. O envio de jovens para medidas socioeducativas e de privação de liberdade faz parte das moedas de troca entre polícia e tráfico, uma relação espúria e de profunda injustiça social mantida pela política de “guerra às drogas”.

Diante desse cenário, percebeu-se a necessidade de construir um contraponto científico, capaz de criar as condições para colocar a discussão sobre as problemáticas relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas em patamares contra hegemônicos. Analisar o consumo de drogas como uma prática social contribui para a elucidação das motivações e dos interesses envolvidos e também para a elaboração de estratégias civilizatórias para lidar com a relação dos homens e grupos sociais com as drogas. Trata-se de abandonar as explicações que advogam que o consumo de drogas é algo exógeno, que precisa ser repellido, para percebê-lo como parte integrante da própria sociedade. Somente assim será possível propor

políticas públicas fora do eixo atualmente estabelecido da dicotomia médico-jurídica. A insatisfação com as respostas fornecidas pelas atuais estratégias políticas de controle dos psicoativos coloca para os pesquisadores que lidam com a “questão das drogas” certa obrigação social de dar respostas para os problemas reais que afetam a vida de milhares de pessoas, a partir do sistema de produção, circulação e consumo de drogas.

Nesse sentido, foi empolgante ver o Anfiteatro João Yunes, na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo, lotado, principalmente pelos trabalhadores e trabalhadoras da rede pública de saúde. O evento “A Cracolândia muito além do crack”, ocorrido entre os dias 28 e 30 de maio de 2012, buscou dar espaço a vozes que analisaram a cracolândia, a partir de suas características urbanísticas, sociais e culturais, chamando a atenção para como a construção da “epidemia do crack”, feita com apoio da mídia e da política atual, vem desviando o olhar e a discussão social, reduzindo questões mais amplas à “questão das drogas”, transformando problemas sociais em problemas alocados dentro do indivíduo descrito como dependente. E respondendo a interesses nem sempre claros para a maioria das pessoas.

As repercussões do evento na mídia centraram-se em destacar a denúncia do conservadorismo que está na base das políticas atuais, que colocam sobre os ombros dos usuários toda a carga de responsabilidade sobre os problemas sociais advindos do funcionamento do sistema ilegal das drogas. Informou-se ainda que os recursos nessa área são destinados à “guerra às drogas”, com migalhas oferecidas para a melhoria das condições de trabalho e vida das populações marginais consumidoras de drogas. Para essa população, repercutiu na imprensa, sobram políticas higienistas que querem varrer para debaixo do tapete as mazelas sociais.

Assim, no segundo semestre de 2012, um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) passou a se encontrar com objetivo de criar um espaço institucional capaz de agregar diferentes áreas do conhecimento que compartilham a insatisfação com a leitura hegemônica da questão. Construiu-se assim o Grupo de Estudos Drogas e Sociedade (GEDS). Uma das propostas levadas adiante a partir da organização do GEDS foi um seminário para debater teoricamente o objeto tão complexo das drogas. O primeiro Seminário do GEDS foi realizado nos dias 21 e 22 de setembro de 2012, no Anfiteatro da História (FFLCH-USP) e na Escola de Enfermagem (EE-USP) respectivamente, com o provocativo título: “Quais são os seus óculos? Olhares sobre a questão dos psicoativos na sociedade”.

Foram quatro turnos seguidos de palestras e de apresentação e discussão de pesquisas que estão em andamento sobre o tema das drogas, uma verdadeira maratona científica que possibilitou intercâmbio interdisciplinar bastante enriquecedor. Os textos que compõem este número são frutos desse encontro.

A revista “Saúde e Transformação Social” privilegia justamente na divulgação de pesquisas baseadas em perspectivas críticas sobre as práticas de saúde e seus reflexos na sociedade. Tradicionalmente divide seus textos em quatro categorias: Pesquisa, Teoria e Metodologia (PTM), Artigos originais (Art), Metassínteses Qualitativas e Revisões Integrativas (Rev) e Experiências transformadoras (ET). Este número especial reuniu trabalhos em todas as categorias propostas, buscando ampliar a discussão relativa ao tema “Drogas e Sociedade”.

Os temas abordados nos artigos que compõem este número especial foram divididos em três eixos temáticos. O primeiro deles se refere aos estudos culturais e etnográficos sobre usos específicos de drogas e em contextos particulares. Nesse eixo será possível encontrar um texto de natureza teórico-metodológica que aborda a etnografia como método de pesquisa, outro que discute o conceito de dependência química, e ainda trabalhos de campo propriamente ditos. A etnografia além de traduzir uma forma peculiar de abordagem no campo tem a possibilidade de abordar os usuários fora do contexto dos serviços, e assim mostra que há mais questões, problemas e emoções no cotidiano dos sujeitos do que as que se circunscrevem à reduzida forma de compreendê-los a partir do uso de drogas. Parte das etnografias convidará os leitores e as leitoras a conhecer as relações sociais e de poder existentes no interior da cracolândia paulista e, outra parte, a refletir sobre as formas de ingestão de ayahuasca e suas implicações terapêuticas. Para finalizar, disponibiliza-se ainda uma útil revisão bibliográfica crítica sobre a temática do crack.

O segundo eixo traz estudos inseridos no campo da saúde coletiva, discutindo as políticas públicas, a prática clínica, as representações cotidianas e os valores sociais que estão relacionados ao consumo de psicoativos. Analisando as políticas públicas, apresenta-se pesquisa que discute criticamente o atual programa governamental voltado ao crack, focalizando sua presença nas propagandas oficiais. Os autores discutem que a política governamental visa aterrorizar no lugar de informar e é seguida da inexistência de qualquer meio regulador da mídia. Isso conduz a uma abordagem estigmatizante e anedótica sobre o tema pela imprensa. Também se questiona a relevância do investimento que o governo federal brasileiro deu ao

consumo do crack, em vista dos problemas sociais e de saúde que a população brasileira enfrenta na atualidade.

Nesse eixo ainda, ensaio de natureza teórica articula, a partir da epistemologia marxista, elementos conceituais sobre consumo de drogas, valores sociais e fetichismo. Partindo da compreensão de que o consumo de substâncias psicoativas assume particularidades na contemporaneidade, que se encontram diretamente relacionadas às características mais gerais da estrutura e dinâmicas sociais atuais, os autores advogam que a proliferação de substâncias psicoativas se relaciona com outras necessidades que se impõem nos modelos de felicidade e realização atuais.

São apresentadas também reflexões embasadas pelo movimento construcionista social em Psicologia sobre aspectos clínicos do trabalho junto a usuários de drogas em serviços de saúde, discutindo como os discursos médico-psiquiátrico e psicológico podem definir algumas posições de sujeito, cristalizar as descrições feitas pelos profissionais a respeito dos usuários e direcionar ações excludentes e estigmatizadoras.

A iatrogenia desses discursos associada à ausência de espaços de reflexão sobre o tema também é discutida em um dos artigos que entrevista trabalhadores de um hospital especializado em psiquiatria, com leitos para a internação de usuários de substâncias. Visando propor estratégias que preencham esta lacuna de formação e compreendendo que as drogas são mercadorias produtoras de lucro, e que o consumo prejudicial destas é também uma consequência das atuais formas de reprodução social, são apresentadas em outro artigo oficinas emancipatórias planejadas com base na pedagogia histórico-crítica, e realizadas com agentes comunitários de saúde para discussão da temática “consumo de drogas”. Através dessa experiência, o trabalho apresenta as etapas da pesquisa-ação de caráter crítico, mostrando que é possível construir práticas transformadoras na área, através de processos participativos.

Neste mesmo eixo, um dos artigos discute a educação sobre drogas direcionada aos jovens pela mídia, apontando que esta é geralmente realizada sem a participação dos grupos a que se destina, considerada apenas como audiência, e tendo como pano de fundo o discurso da “guerra às drogas”, recheado de dogmatismo e terrorismo. Os autores apontam que os jovens são sujeitos políticos capazes de realizar práticas criativas e de transformar sua compreensão das realidades microssociais em que vivem, engajando-se na luta por melhores condições

de trabalho e vida, e sugerem ações na mídia que considerem estas questões.

Outro estudo apresentado analisa materiais impressos sobre drogas, produzidos por instituições brasileiras com intuito educativo e/ou de informação, mostrando que as estratégias de educação sobre drogas, utilizadas na elaboração da maioria dos materiais impressos analisados, encontram-se alinhadas com a perspectiva da “guerra às drogas”, ignorando os determinantes sociais, as diferenças de classe e explicando o fenômeno do consumo da droga através de fragilidades individuais e/ou focando apenas na substância em si. Os autores denunciam que componentes autoritários e estigmatizantes dos usuários estão presentes e, raramente, tais usuários são tomados como sujeito de direitos.

Outro tema tratado no interior desse eixo são as representações cotidianas relativas ao consumo de drogas de jovens de diferentes grupos sociais. Os autores mostram que valores sociais que cercam o consumo de drogas estão predominantemente fundamentados em regras morais que retroalimentam a intolerância ao usuário, incentivam sua discriminação e “justificam” sua responsabilização individual. Analisando as entrevistas realizadas com jovens destacam que há representações homogêneas sobre os usuários em todos os grupos sociais, reconhecidos como sujeitos “problemáticos”; e que as diferenças ficam por conta da atribuição de responsabilidade social sobre o consumo “problemático”, sendo primordialmente o indivíduo e a família responsabilizados, nos grupos que têm melhores condições de trabalho e vida. Já nos grupos menos estáveis, a “ausência” do Estado nos bairros periféricos é considerada responsável pelas mazelas advindas do consumo prejudicial de drogas.

O terceiro e último eixo foi o de estudos históricos sobre proibicionismo e seus efeitos, composto por dois artigos. O primeiro deles procura estabelecer um breve histórico do consumo de drogas, no Brasil, e uma tentativa de compreender quais foram as motivações e as forças políticas que levariam à formulação das primeiras leis proibicionistas. O segundo procura problematizar a concepção de uso de drogas como “fuga da realidade”, percepção hegemônica nos movimentos políticos de esquerda dos anos 1970 até os dias atuais.

Com este número temático, esperamos ampliar a reflexão e as discussões realizadas a respeito da “questão das drogas”, convidando os leitores a vislumbrarem políticas públicas que considerem a complexidade desta questão, em seus aspectos históricos, culturais, sociais e discursivos.